



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NILDO GOMES CAOMIQUE

**ENTRE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E A SUA APLICABILIDADE
PRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: OS DILEMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA
EXITOSA NO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA REGIÃO DE
CACHEU (2010-2020)**

**REDENÇÃO
2023**

NILDO GOMES CAOMIQUE

**ENTRE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E A SUA APLICABILIDADE
PRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: OS DILEMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA
EXITOSA NO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA REGIÃO DE
CACHEU (2010-2020)**

Trabalho de conclusão do curso, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

**REDNÇÃO
2023**

NIDO GOMES COAMIQUE

**ENTRE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E A SUA APLICABILIDADE PRÁTICA
NA GUINÉ-BISSAU: OS DILEMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA EXITOSA NO
ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA REGIÃO DE CACHEU (2005-2020).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado: 31 de janeiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

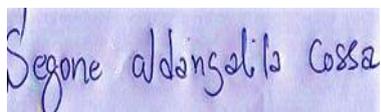
PROFA. JOANA ELISA RÖWER (ORIENTADORA/IH UNILAB)

Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab



PROFº Dr. SEGONE NDANGALILA COSSA (EXAMINADOR/IH UNILAB)

Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab



PROFA. PETI MAMA GOMES (EXAMINADORA/IH UNILB)

Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	5
3. DELIMITAÇÃO	6
4. OBJETIVOS	6
4.1 Objetivo geral:	6
4.2 Objetivos específicos:	6
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
5.1. Sistema educativo guineense: uma breve contextualização.	7
5.2 Políticas educacionais na Guiné-Bissau: o caso das políticas de acesso e permanência exitosa no ensino público.	8
Projeto Firkidja	10
Programa Cantina Escolar	10
Programa Nkaba Quarta Classe	11
6. DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA EXITOSA NO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA REGIÃO DE CACHEU	12
8. METODOLOGIA	14
REFERÊNCIAS	15

1. INTRODUÇÃO

Situado na costa Oeste do continente africano, a Guiné-Bissau é um país de expressão portuguesa, faz fronteira com o Senegal, ao norte, Guiné Conacri, ao sul e leste, a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Depois de séculos de ocupação, o regime colonial português fez a ocupação efetiva do país a partir da segunda década do século XX. No dia 24 de setembro de 1973, o país conquistou a independência após uma década de luta armada contra o regime colonial. Um país pequeno, de apenas 36.125 km² dividido em 8 regiões: Tombali, Oio, Bolama, Cacheu, Gabú, Bafatá, Biombo e Quinara, e um sector autónomo – a cidade de Bissau. De clima tropical, a Guiné-Bissau é habitat de muitas espécies de plantas e aves em extinção no mundo (CAOMIQUE, 2021).

Os povos que habitam o espaço denominado Guiné-Bissau faziam, no passado, parte dos impérios da África Ocidental - Império de Mali e Gabú. Desses povos, os mais numerosos são: Fulas, Balantas, Mandingas, Mandjacos, Pepeis, Mancanhes, Bijagós e Felupes. E os grupos menos numerosos são: Djolas, Beafadas, Djacancas, Nalus etc. Para além da cultura nacional, cada um desses grupos possui as suas próprias manifestações culturais e uma língua falada, maioritariamente, pelos seus membros. O crioulo é a língua nacional e o português a língua oficial, mas é usada, quase exclusivamente, em ocasiões formais (CAOMIQUE, 2020).

No período anterior à ocupação portuguesa, o processo de ensino aprendizagem na Guiné-Bissau ocorria por meio da oralidade e era, em algumas situações, parte integrante das atividades laborais, ou seja, o conhecimento era transmitido por alguém durante o trabalho. Para além da família e da comunidade, os grupos de idade, os rituais de transição e outros cerimoniais religiosos constituem arenas do processo de ensino e aprendizagem (CÁ, 2008).

Com a ocupação colonial efetiva, foi estabelecido o sistema formal de ensino, passado a ser administrado em português e arenas específicas de ensino e aprendizagem – instituições escolares. O ensino colonial visava a aquisição das habilidades de escrita, leitura e cálculo básicos para responder às necessidades da administração colonial. Durante a luta de libertação nacional, o Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), criou instituições de ensino nas zonas libertadas e reorientou os objetivos do ensino e aprendizagem, passando a ensinar, não apenas, ler e escrever, mas também pensar criticamente e adquirir habilidades técnicas para execução de trabalhos que a sociedade precisava.

No período a seguir à independência, o governo da primeira república (1973-1980) buscou transformar o sistema de ensino herdado da colonização, garantir o acesso e reduzir o índice de analfabetismo na Guiné-Bissau. O governo buscava,

Em primeiro lugar, a transformação da então estrutura educacional implantada pelo colonialismo português. Em segundo lugar, a unidade da educação com o trabalho produtivo, por meio de contato direto dos estudantes com a realidade do país. Por fim, combater o analfabetismo que era de 90%, considerado uma

das sequelas do descaso com a educação durante a dominação colonial (MORREIRA, 2014. p.13).

Com o golpe de Estado de 1980 liderado pelo então primeiro-ministro João Bernardo Nino Vieira e a adoção das medidas neoliberais no país, reduziu-se o número de políticas públicas do governo direcionadas ao acesso à educação, as que foram implementadas em cooperação com organismos internacionais não conseguiram chegar ao fim devido às instabilidades políticas e institucionais (MORREIRA, 2014).

Perante o exposto, o trabalho propõe analisar os desafios de acesso e permanência no ensino básico nas zonas rurais da Guiné-Bissau, centrando no caso específico da região de Cacheu, e num horizonte temporal que compreende o período entre 2010-2020.

2. JUSTIFICATIVA

Para além de ser signatário de vários protocolos internacionais que preveem a criação de condições para o acesso igualitário à educação, o Estado guineense, também, assegura nos artigos 16º e 49º da Constituição da República, o direito de acesso à educação, com vistas a preparar os cidadãos para responder às demandas materiais e não materiais do país. Cabendo ao Estado através do Ministério da Educação Nacional, criar condições infra-estruturais e humanas para a sua efetividade.

No entanto, um Relatório de Situação do Sistema Nacional de Educação (RESEN) publicado em 2017 mostra que, na Guiné-Bissau, 23% das crianças nunca ingressam na escola e 18% das que ingressam abandonam a escola antes do 6º ano. Também aponta que, nas zonas rurais, apenas 25% das escolas oferecem esta oportunidade, o que significa que os restantes 75% não oferecem todos os 6 níveis de ensino.

Esse descompasso entre as garantias constitucionais e a realidade, aguçou o meu interesse em compreender as dinâmicas educacionais na Guiné-Bissau, principalmente o quadro do acesso e permanência exitosa no ensino público primário nas zonas rurais. Há muitos trabalhos sobre a educação na Guiné-Bissau, no entanto, poucos abordam de maneira matizada e densa a questão de acesso nas zonas rurais. Isso torna academicamente relevante a nossa proposta de pesquisa, pois constituirá um suporte bibliográfico e informacional útil para acadêmicos e pesquisadores.

A nossa proposta de pesquisa justifica-se por várias razões: acadêmicas, políticas e sociais, uma vez que as temáticas discutidas nela podem propiciar uma compreensão matizada dos projetos do desenvolvimento direcionadas à educação na Guiné-Bissau. No âmbito acadêmico, poderá auxiliar novos estudos, oferecendo informações necessárias para os estudantes que querem fazer apresentações, seminários, palestras, debates, dissertações e outros trabalhos acadêmicos sobre essa temática. No âmbito político, justifica-se por ser um elemento

informador eficaz que poderá impulsionar o governo e os políticos, em geral, a desencadearem uma avaliação urgente das políticas educacionais até agora implementados na Guiné-Bissau, considerando as suas implicações no acesso e permanências no ensino público nas zonas rurais. Por ser de incidência compreensiva e analítica, os resultados dessa pesquisa serão importantes para o Estado e a sociedade, porque fornecerá informações úteis para identificação dos fatores que influenciam o atual quadro de acesso e a permanência exitosa no ensino público primário, facilitando a criação e adoção de políticas educativas para superar as insuficiências apresentadas.

3. DELIMITAÇÃO

Esta proposta de pesquisa propõe analisar os desafios de acesso e permanência exitosa no ensino primário público na Guiné-Bissau, tendo como recorte espacial a região de Cacheu na zona do país, e como recorte temporal o período entre 2010 a 2020. Além disso, a escolha do recorte temporal, justifica-se pois em 2010 foi o ano da aprovação das normas do funcionamento do sistema educativo na Guiné-Bissau designada de Lei de Base do Sistema Educativo (LEBSE).

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral:

- ❖ Analisar a questão de acesso e permanência exitosa no ensino primário público na região de Cacheu.

4.2 Objetivos específicos:

- ❖ Entender os desafios e perspectivas de acesso ao ensino primário e as suas relações com o contexto político;
- ❖ Compreender as condições socioeconômicas, religiosas, institucionais e culturais do atual quadro de acesso e permanência exitosa no ensino primário público na região de Cacheu;
- ❖ Empreender um exercício analítico a respeito das garantias constitucionais e a sua aplicabilidade prática;
- ❖ Entender o quadro atual do processo de ensino, aprendizagem e suas implicações na permanência exitosa dos estudantes com necessidades especiais.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1. Sistema educativo guineense: uma breve contextualização.

O sistema de ensino guineense possui duas dimensões: formal e não formal. O ensino formal subdivide-se em: pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional e superior. Cada um desses níveis tem os seus próprios objetivos, atores envolvidos, lugar e modalidade de entrega (LBSE, 2010). O ensino não formal inclui alfabetização, educação de adultos e outros tipos de educação. É tutelada pelo Ministério da Educação Nacional e funciona com a intervenção de Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, organizações comunitárias e outras entidades (MEN, 2013).

Não existem centros estatais de alfabetização, a educação e a alfabetização de adultos ocorrem em centros geridos pelas comunidades ou ONGs. O ensino não formal baseia-se numa filosofia de educação continuada e permanente, inclui todas as dimensões da ação educativa e visa ampliar o conhecimento e as potencialidades dos seus destinatários, complementando e/ou colmatando as lacunas do ensino formal (MEN, 2013).

O ensino não formal inclui, entre outras coisas: a alfabetização e educação de jovens e adultos, ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional visando acompanhar a evolução tecnológica, educação cívica e educação destinada à ocupação criativa dos tempos livres. O ensino dá-se tanto em estruturas do sistema escolar quanto em sistemas abertos, por exemplo, os meios de comunicação social – rádio, televisão e internet etc. (LBSE, 2010).

Na Guiné-Bissau, existem vários tipos de estabelecimentos de ensino, envolvendo atores públicos, privados, religiosos, laicos, nacionais e internacionais. Sobre esse assunto, o Ministério da Educação Nacional (MEN, 2013) sublinha que, os estabelecimentos de natureza pública estão sujeitos a um regime de gestão pública, sendo o Estado através do MEN responsável pela sua gestão. Os estabelecimentos privados, incluindo laicos ou religiosos, estão sob gestão privada dos seus proprietários, seguindo os critérios de funcionamento reservados pela lei. Os estabelecimentos comunitários são geridos pela comunidade, e as Madrasas, ou seja, os que seguem o programa oficial de educação básica, mas cuja o processo de ensino-aprendizagem se dá em árabe e português ou apenas em árabe e são também geridas por entidades privadas.

O ensino pré-escolar destina-se a crianças de 3 a 5 anos. É ministrado em jardins de infância ou creches que são, na sua maioria, geridos por entidades privadas, laicas e religiosas (MEN, 2013). O ensino básico destina-se às crianças dos 6 aos 14 anos do ano letivo 2010/2011. Dura nove anos, o que corresponde às classes 1 a 9. Divide-se em três sub ciclos: o 1º ciclo do 1º ao 4º ano, o 2º ciclo do 5º ao 6º ano, e o 3º ciclo do 7º ao 9º ano (LBSE, 2010).

O ensino secundário destina-se a jovens dos 15 aos 16 anos, por um período de dois anos: 10.º e 11.º anos. Ensino secundário é fornecido em escolas secundárias (MEN, 2013). O

ensino técnico-profissional possui duas dimensões, nomeadamente: a formação de inserção profissional e a educação técnico-profissional. Está aberta aos estudantes que tenham concluído o 6º ano. Objetiva facilitar a rápida integração aprendizes no mundo do trabalho e tem uma duração de seis meses a um ano (LBSE, 2010).

O ensino superior divide-se em dois tipos: o ensino universitário que confere um diploma à educação académica e não universitário que oferece um grau profissional. Na educação universitária, existem duas faculdades, a Faculdade de Faculdade de direito e de medicina. Em 1979 foi criada a Escola Normal Superior (Tchico-Té), para formar professores do ensino médio. Em 1974, foi criada a Escola de Saúde para formar as enfermeiras. Em 1982, foi criada a Escola Nacional da Educação Física (ENEFD) para o esporte e juventude e o Centro de Formação Administrativa (CENFA), atual Escola Nacional de Administração (ENA), para formar os servidores da administração pública guineense. De 2000 a 2022, surgiram várias universidades e instituições de ensino, incluindo: Universidade Amílcar Cabral (2003); Universidade Lusófona da Guiné (2008); Universidade privada Colinas de Boé (2003); Universidade Jean Piaget (2010); Universidade Católica da África Ocidental (2007) etc. (MEN,2013).

5.2 Políticas educacionais na Guiné-Bissau: o caso das políticas de acesso e permanência exitosa no ensino público.

Pretendemos, nesta seção analisar, as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau, tem como ênfase as políticas elaboradas e implementadas para universalizar o acesso à educação, garantir a permanência exitosa dos alunos e amenizar os velhos problemas do sistema educativo guineense – abandono escolar, baixa progressão académica e falta de acesso à educação. O que é uma política pública? Em que medida afeta a educação? Que relação existe entre as dinâmicas do sector educativo e o grau de elaboração e implementação de políticas públicas em educação na Guiné-Bissau?

Não há e, provavelmente, não haverá uma definição única e aceitável por todos, para o nosso trabalho endossamos a definição de Azevedo (2003, p.1) que, encara a política pública como um conjunto de ações e medidas que um governo faz e deixa de fazer, considerando todos as implicações de suas ações e omissões para a sociedade. Num diálogo com Theodore J. Lowi, Sergio de Azevedo (2003), nos apresenta três (3) modelos distintos de políticas públicas: redistributiva, distributiva e regulatória.

Estabelecendo diferenças entre as tipologias de políticas públicas supracitadas, Azevedo (2003) explica que, as políticas públicas redistributivas visam redistribuir a renda através de recursos e/ou subvenção de bens e serviços públicos num determinado momento. Enquanto as políticas públicas distributivas têm objetivos específicos e setoriais relacionados à fornecimento de bens e serviços públicos.

Diferente das duas primeiras, as políticas públicas regulatórias são adotadas para regular um determinado setor, criando regras para o funcionamento dos serviços públicos e execução de equipamentos urbanos. Sendo de caráter legislativo, as políticas públicas regulatórias, normatizam a aplicabilidade das outras políticas públicas – redistributivas e distributivas (AVEZEDO, 2003; MONTEIRO, 2022).

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares (OLIVEIRA, 2021, p.05).

Quando falamos da política pública educacional, estamos fazendo referência a um conjunto de medidas e de ações levadas a cabo por um governo no âmbito educacional, visando, em última instância, alcançar um determinado objetivo. É direcionada para o setor educativo e as suas ações buscam produzir efeitos planejados no sector.

Desde a sua independência em 1973, a Guiné-Bissau tem elaborado e implementado diversas políticas de desenvolvimento educacional. Todavia, os motivos financeiros, logísticos e políticos provocaram a interrupção e inviabilizaram muitas dessas políticas. Os governos guineenses em colaboração com as entidades internacionais como, Banco Mundial (BM), UNESCO, UNICEF, FMI e outras instituições, elaboraram e implementaram projetos que buscam ampliar o acesso à educação, permitir a permanência exitosa, dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, evitar o baixo aproveitamento e o abandono escolar.

No âmbito de políticas de acesso à educação, Felix Siga (2020) identificou várias políticas educacionais, incluindo: a política de universalização do ensino básico; política de gratuidade de ensino básico; Projeto Firkidja; Projeto Nkaba Quarta Classe; e o Programa Cantina Escolar. O artigo 12 da Lei de base do sistema educativo (2010) salienta a gratuidade, a universalidade e a obrigatoriedade do ensino básico. Na Guiné-Bissau, a política de gratuidade do ensino na foi adotada com o intuito de consolidar o acesso universal à educação. Isso porque além dos elementos culturais, sociais e religiosos, os fatores de ordem econômica e financeira têm influenciado a falta de acesso e o abandono escolar no ensino primário.

Projeto Firkidja

Criada em 1997, o Projeto Firkidja visava combater o analfabetismo e melhorar o processo de ensino-aprendizagem na educação básica. O projeto tinha duração de cinco (5), mas acabou suspenso por causa do conflito político-militar de 1998 e foi retomado entre 2000 a 2003. As suas ações incluíam:

- A) Ampliação gradual da cobertura do ensino básico, removendo os obstáculos ao acesso à educação e ao sucesso dos alunos;
- B) Qualidade e melhoramento dos recursos do sistema educativo bem como das condições de salas de aulas;
- C) Melhoria da gestão dos recursos humanos, financeiros e administrativos da educação básica (BARBOSA, 2015, p.74).

Financiado essencialmente pelo Banco Mundial, o Projeto Firkidja foi determinante na mobilização de fundos e realização de obras importantes na altura, tais como: “construção das salas de aulas, aquisição de manuais escolares para as crianças do ensino básico e formação contínua dos professores” (SIGA, 2020, p.114).

Programa Cantina Escolar

Financiado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM), o *Projeto Nkaba Quarta Classe* tem como principais objetivos aumentar a taxa de escolarização, combater a insegurança alimentar e responder às necessidades nutricionais dos alunos. Programa Cantina Escolar política pública educacional voltada para a questão de acesso e permanência no ensino básico e secundário (DJU, 2022).

Os dados de gabinete de estatística do Ministério da Educação apontam que os meninos têm mais chances em terminar os seus estudos em relação às meninas, isso deve-se por vários fatores como, por exemplo, cultural e social, onde as meninas são vistas como condutoras da vida familiar, sendo elas que preparam almoço e cuidam da casa. Enquanto que os meninos, tudo os da cidade/zona urbana praticamente passam maior parte do seu tempo em estudar e nas atividades de lazer como, por exemplo, praticar futebol entre outros (SIGA, 2020, p.114-115).

Nesse sentido, o programa Cantina Escolar buscava, também, amenizar as assimetrias de acesso e permanência provocadas essencialmente por questões de gênero e orientação sexual (SIGA, 2020). Destina-se aos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas da Guiné-Bissau. Na região de Tombali, por exemplo, o número de escolas beneficiárias da alimentação escolar é estimado em 693 escolas (FREITAS; SILVA; DJU, 2022).

Programa Nkaba Quarta Classe

Financiado pela PLAN Internacional, o programa Nkaba Quarta Classe é uma política educativa criada para garantir a permanência das meninas no ensino básico e a sua consequente conclusão do 4º ano de escolaridade. Para além de garantir o acesso à educação, o programa visava reduzir o casamento e a gravidez precoce. Numa entrevista concedida ao Félix Siga em 2019, a ex-ministra – Maria Odete Semedo afirmou que:

[...] O programa “NKABA 4 CLASSES” era para as meninas que terminassem a 4 classe sem interrupção 1,2,3,4 ou em 5 anos, mas interromper, essas crianças tinham no banco 2 milhões de peso para quando atingirem 18 anos, esse dinheiro que iria parar

outro dinheiro porque era colocado a prazo para três anos por tanto, a PLAN dava mochilas, bicicletas livros, uniformes, sandálias, para os alunos que estavam abrangidos por esse “NKABA 4 CLASSE”. (SIGA, 2020, p.114).

O programa foi posto em ação entre os anos de 1990 a 2000. Tal como outras políticas educativas, o Programa *Nkaba Quarta Classe* não chegou ao fim devido às instabilidades políticas e mudanças recorrentes de governos. A ex-ministra – Maria Odete Semedo – ainda salienta que, o foco do programa nas meninas visava, por um lado, instruí-las para poderem participar ativamente dos processos de tomada de decisões nas diversas esferas e, por outro lado, criar equilíbrio de gênero na sociedade guineense (SIGA, 2020).

6. DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA EXITOSA NO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA REGIÃO DE CACHEU

Para além de assinar e ratificar convenções e os acordos internacionais, a Guiné-Bissau prevê nos 16º e 49º, o direito de acesso à educação básica gratuita e de qualidade para todos os guineenses independentemente da cor, etnia, religião e posição social. O artigo 9º da Lei de Base do Sistema Educativo defende a universalidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico. Como estas previsões legais estão sendo aplicadas? Em que medida está a questão da educação básica na Guiné-Bissau? Existe uma distribuição universal, gratuita e obrigatória da educação básica?

Tal como outros sectores do país, o sector educativo tem sido influenciado pelas dinâmicas governativas. Os problemas econômicos, instabilidades políticas e tímida aplicação de políticas públicas têm resultado em baixa progressão da educação, incluindo o acesso e permanência exitosa no ensino nos vários níveis de ensino.

Como podemos constatar na secção anterior, várias políticas educacionais têm sido implementadas na Guiné-Bissau e tem sido verificado progressão no âmbito de acesso à educação básica. Projeto Firkidja, Programa Nkaba Quarta Classe e Programa Cantina Escolar constituem alguns exemplos. Todavia a questão do acesso e permanência exitosa ainda está aquém do esperado e longe de cumprir o objetivo de universalização do ensino básico.

Aliás,

A taxa líquida de escolarização no ensino primário tem evoluído no sentido ascendente: 43,2% em 2000, 53,5% em 2006, 67,4% em 2010 e 62,4% em 2014 - mas tem sido acompanhado por uma taxa de retenção do 1º ao 6º ano que segue a mesma tendência - 41,1% em 2000, para 79,7% em 2006, 79% em 2010, e 73,4% em 2014 o que vem pôr em causa a eficácia do sistema escolar ((Relatório sobre progresso na implementação do programa de ação de Istambul na Guiné-Bissau, 2015 apud SIGA, 2020, .121-122).

Numa análise do estado acesso à educação básica, o relatório intitulado “Study on Out-of-School Children in Guinea Bissau” publicado em 2018, aponta que na Guiné-Bissau,

poucos jovens estão a completar o ciclo do ensino básico – 1º a 6º classe). A maior parte das crianças (75% ou mais) concluem o ensino fundamental, mas altas taxas de repetência, o que atrasa muito. Isso revela um nível muito baixo de eficiência, em que um aluno médio gasta 8 ou 9 anos no sistema, com menos de 5-6 anos completos de educação.

Apesar dos progressos registados no decurso da década precedente, que permitiram melhorar a cobertura dos diferentes ciclos de ensino básico (TBE de 143% para o 1º ciclo, 76% para o 2º ciclo e 61% para o 3º ciclo), a conclusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico degradou-se, passando de 64% em 2010 para 59% em 2013. O exame do percurso escolar de uma geração, mostra que 23% das crianças não chegam a entrar na escola e 18% das que entram, abandonam o ensino antes do 6º ano. Em consequência, o país está ainda longe de atingir o objetivo da escolarização básica universal (MEN, 2017, p.09).

No plano institucional, esta situação se deve a vários fatores. 1- A organização da escola – maior parte das escolas não oferecem todos os níveis do ensino básico (apenas 15% das escolas oferecem até 6ºano), isso reduz as oportunidades de os alunos prosseguirem depois do primeiro ciclo do ensino básico –. 2- A não existência de todos os ciclos do ensino básico obriga os alunos a procurarem outras escolas, em muitos casos, distantes das suas residências e com poucas condições para lhes acolher, isso acarreta custos adicionais às famílias que, se as famílias não puderem arcar com os cursos, os alunos abandonam a escola (MEN, 2017, p.09).

Para além destas barreiras, a UNICEF (2018) outros, incluindo fatores políticos, econômicos e socioculturais. Os fatores políticos incluem: baixa capacidade institucional, falta de efetividade das políticas educacionais, fraco orçamento destinado para a educação. Os fatores econômicos incluem: custos diretos da escolaridade das crianças, tamanho da família e custos de oportunidade de escolaridade para a família, trabalho infantil e abandono temporário, fome e barreiras da oferta. Os fatores socioculturais incluem, entre outras coisas, impacto da religião, valor da atribuída à educação, ceticismo em relação à educação das meninas e pré-noções sobre as crianças deficientes. E os fatores relacionados à oferta incluem: distância entre a casa e a escola, infraestruturas escolares inadequadas, greve e absenteísmo dos professores, fraca formação de professores, falta de materiais didáticos e a questão linguística.

Segundo a UNICEF (2021) a taxa de conclusão do 1º ciclo do ensino básico é de 27%, a zona urbana tem maior incidência de conclusão (47%) comparativamente a zona rural com (14%). A taxa de conclusão do 3º ciclo do ensino básico é de 42% a nível nacional, sendo 31% na zona urbana e 7% na zona rural. 28% das crianças com idade para o 1º ciclo básico estão fora de escola e 23% das crianças com idade de frequentar o 3º ciclo básico estão fora da escola.

No caso específico da região de Cacheu, 32% concluíram o 1º ciclo básico, 15% concluíram o 2º ciclo básico e 7% concluíram o 3º ciclo básico. Em relação ao número de crianças que não concluíram, a taxa é de 10.000 para 1º ciclo básico, 10.000 para 2º ciclo básico e 9.000 para 3º ciclo básico. (UNICEF, 2021).

Na região de Cacheu, 83% das crianças de 7 a 14 anos têm habilidades de leitura de 76% de habilidades de cálculo. O número de crianças sem habilidades de leitura e cálculo é de 33.000 e 30.000, respectivamente. No que diz respeito ao número de crianças fora da escola, a taxa é de 5.000 crianças para 1º e 2º ciclos básicos e 1.000 para 3º ciclo básico. Quanto à repetição e abandono escolar, os dados indicam que 12% das crianças repetem o ano e 9% abandonam a escola. Esta percentagem corresponde a 7.000 repetições e 6.000 abandonos escolares, respectivamente (UNICEF, 2021).

8. METODOLOGIA

Considerando o nosso objetivo geral e a pergunta de pergunta partida, decidimos adotar neste trabalho a abordagem qualitativa, ancorada na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Para coleta dos dados, faremos num primeiro momento a pesquisa bibliográfica, selecionando ensaios, artigos e livros que abordam a questão do acesso à educação na Guiné-Bissau.

Para além dos acervos da biblioteca universitária, trabalharemos com materiais existentes no ResearchGate, Google acadêmico, Plataforma SCIELO e Academia Edu. Num segundo momento, faremos uma identificação e seleção de documentos da UNICEF, UNESCO e Ministério da Educação Nacional na Guiné-Bissau. Identificaremos com os dados estatísticos sobre acesso e permanência no ensino público primário.

Feito essas duas coletas preliminares, realizaremos a pesquisa de campo na qual teremos entrevistas semiestruturadas com os pais e/ou encarregados de educação, representação estudantil e secretaria da educação da região de Cacheu. Serão entrevistadas 8 pessoas, considerando as variáveis gênero, instrução acadêmica, religião e profissão. A seleção dos participantes será por conveniência, sendo resguardada a privacidade e sigilo dos participantes.

Terminada a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas, faremos a análise de conteúdo para compreender as informações obtidas e proceder a interpretação dos dados, buscaremos a partir dela analisar criticamente o sentido das comunicações, ou seja, o não dito do discurso. Essa análise será feita em etapas distintas. No primeiro momento, faremos a pré-análise; no segundo, a exploração do material; no terceiro e o último momento, faremos o tratamento dos resultados e a sua interpretação.

Feita a pesquisa bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas, faremos a análise de conteúdo para compreender as informações obtidas e proceder a interpretação dos dados, buscaremos a partir dela analisar criticamente o sentido das comunicações, ou seja, o não dito do discurso. Essa análise será feita em etapas distintas. No primeiro momento, faremos a pré-análise; no segundo, a exploração do material; no terceiro e o último momento, faremos o tratamento dos resultados e a sua interpretação.

CRONOGRAMA

Atividades a serem desenvolvidas por ano / semestre	2023		2024		2025	
	1º sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.
Aulas presenciais						
Seleção de materiais de leitura bibliográfica						
Confecções de fichamento da bibliografia.						
Reelaboração do Projeto						
Construção do texto da Monografia						
Defesa						

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE.

BARBOSA, José Augusto. **Língua e Desenvolvimento: o Caso da Guiné-Bissau.** Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa. 2015.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado.** Cuiabá: EdUFMT, 2008.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020) / Policarpo Gomes Caomique.** - 2022. 112 f.

BARRI, Mussa. **Políticas Educativas na Guiné-Bissau (1999-2019): a promoção de acesso ao ensino básico.** Instituto Universitário de Lisboa. 2021.

DJU, Ivandro Marcos. **Implementação do programa nacional cantina escolar em Guiné-Bissau.** 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022

FREITAS, Alan Ferreira de; SILVA, Samuel Soares da; DJU, Ivandro Marcos. **Dinâmicas de Implementação do Programa Nacional de Cantina Escolar em Guiné-Bissau.** IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Base do sistema Educativo.** 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3kaasru>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Relatório da Situação do Sistema Educativo: Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspetiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza.** 2013. Disponível em: <https://inee.org/pt/resources/guine-bissau-relatorio-da-situacao-do-sistema-educativo>.

MONTEIRO, Marcel Stanlei. **Políticas públicas.** Gama, DF: UNICEPLA. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/1309&ved=2ahUKewi_eaR3Kz8AhWpwQIHHYsNDVEQFnoECAgQAQ&usq=A0vVaw2PYLL0kdhN7PSfepQiXnOG. 2022.

MORREIRA, Domingos. **Políticas Públicas de Alfabetização de Massa na Guiné-Bissau.** Dissertação de mestrado (Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Centro de Educação e Humanidades Faculdade De Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação) Rio de Janeiro – RJ, 2006.

OLIVEIRA, Adão Francisco De. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349703078_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS_conceito_e_contextualizacao_numa_perspectiva_didatica_1.

SIGA, Fernando. **Educação Básica Formal na Guiné-Bissau, acesso, permanência, desafios e perspectivas: uma análise das políticas educacionais guineense de 1995 a 2015.** 2029. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

UNICEF. Guiné-Bissau. **Study on Out-of-School Children in Guinea Bissau.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ixqRWr>.

UNICEF. Guiné-Bissau. **Análises para aprendizagem e equidade usando dados MICS.** 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3w01q30>.

